



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**

Processo nº: **0002774-95.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
 Requerente: **Roziana Da Silva Moreira, Cpf 223.757.318-24 - Desacompanhado De**  
 Requerido: **ASTRA S/A INDUSTRIA E COMÉRCIO - Advogado (a) Dr(a). Pedro Luiz Pinheiro e preposta Srª Karina Mota de Azevedo**

Aos 13 de outubro de 2016, às 15:30h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 2º Juiz de Direito Auxiliar Dr. CARLOS EDUARDO MONTES NETTO**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas, bem como de seu(s) advogado(s). Presentes também a(s) testemunha(s) do autor, Sr. Izomar e as do réu, Srs. Reginaldo e Willian. Renovada a proposta de conciliação esta foi aceita pelas partes. A seguir, *as partes se compuseram nos seguintes termos: “O réu obriga-se a efetuar o reparo da banheiro, por sua conta, incluindo todo o necessário em materiais e mão de obras especializado, garantindo que o problema estrutural será plenamente resolvido, ressaltando-se apenas eventuais diferenças estéticas que possam resultar no produto em razão da realização do reparo. Os serviços de reparo deverão ser realizados no prazo máximo de 30 dias, a contar do dia 17 de outubro de 2016, sob pena do pagamento de multa diária no valor de R\$ 100,00 até o limite máximo de R\$ 2.000,00”. As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz. ” “Homologo o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III “b” do C.P.C. Aguarde-se o decurso do prazo para os pagamentos convencionados. Publicada nesta audiência, registre-se”.* saindo intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos. NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.

Requerente:

Requerida – preposta:

Adv. Requerida:

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**